

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 522

**COMPOSIÇÃO DO CRESCIMENTO DOS  
SERVIÇOS NA ECONOMIA BRASILEIRA: UMA  
ANÁLISE DA MATRIZ INSUMO-PRODUTO —  
1985/92\***

Frederico Rocha\*\*

Rio de Janeiro, outubro de 1997

---

\* Este trabalho faz parte do projeto Diagnóstico do Setor Serviços no Brasil, pesquisa realizada no âmbito do convênio MICT/ANPEC, cujo órgão executante é a Diretoria de Pesquisa do IPEA.

\*\* Professor adjunto da Universidade Federal Fluminense(UFF).



*O IPEA é uma fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, cujas finalidades são: auxiliar o ministro na elaboração e no acompanhamento da política econômica e prover atividades de pesquisa econômica aplicada nas áreas fiscal, financeira, externa e de desenvolvimento setorial.*

**Presidente**

*Fernando Rezende*

**Diretoria**

*Claudio Monteiro Considera*

*Luís Fernando Tironi*

*Gustavo Maia Gomes*

*Mariano de Matos Macedo*

*Luiz Antonio de Souza Cordeiro*

*Murilo Lôbo*

**TEXTO PARA DISCUSSÃO** tem o objetivo de divulgar resultados de estudos desenvolvidos direta ou indiretamente pelo IPEA, bem como trabalhos considerados de relevância para disseminação pelo Instituto, para informar profissionais especializados e colher sugestões.

**ISSN 1415-4765**

**SERVIÇO EDITORIAL**

**Rio de Janeiro – RJ**

Av. Presidente Antônio Carlos, 51 – 14º andar – CEP 20020-010

Telefax: (021) 220-5533

E-mail: [editrj@ipea.gov.br](mailto:editrj@ipea.gov.br)

**Brasília – DF**

SBS Q. 1 Bl. J, Ed. BNDES – 10º andar – CEP 70076-900

Telefax: (061) 315-5314

E-mail: [editbsb@ipea.gov.br](mailto:editbsb@ipea.gov.br)

© IPEA, 1998

*É permitida a reprodução deste texto, desde que obrigatoriamente citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são rigorosamente proibidas.*

---

---

# SUMÁRIO

---

RESUMO

ABSTRACT

1 - INTRODUÇÃO .....	1
2 - EVOLUÇÃO RECENTE DO SETOR SERVIÇOS: UMA ANÁLISE AGREGADA.....	1
3 - BASE DE DADOS.....	5
4 - ANÁLISE DO CASO BRASILEIRO.....	6
4.1 - Demanda Final.....	8
4.2 - Demanda Intermediária .....	11
5 - CONCLUSÕES.....	16
BIBLIOGRAFIA .....	17

---

---

## RESUMO

---

Este artigo visa examinar a composição do crescimento do setor serviços no Brasil. Ele está especialmente preocupado em entender a importância dos serviços intermediários na expansão da participação do setor serviços na produção brasileira no período 1985/92. Para atingir este objetivo, faz-se uma análise da matriz insumo-produto brasileira, concluindo que: **a)** o crescimento da participação de serviços intermediários foi pequeno durante o período analisado; **b)** os setores onde a participação relativa da demanda intermediária parece significativa estão normalmente associados a segmentos controlados pelo setor público, devendo-se tratar, portanto, de processos de terceirização, frutos das dificuldades de contratação das empresas brasileiras de capital estatal; e **c)** o setor público tem um papel central na explicação do crescimento dos serviços na economia brasileira.

---

---

## ABSTRACT

---

This paper aims to analyse the sectoral composition of the growth of services activities in Brazil with special emphasis on the role played by intermediary services. Using input-output tables for the period 1985/92, it holds that: **a)** there has been small increase in the demand for intermediary services; **b)** those sectors that have increased their demand for intermediary services are controlled by state-owned enterprises that have faced obstacles in hiring new personnel during the period; and **c)** the public sector plays an important role in the explanation of the growth of the services in the Brazilian economy.

---

## 1 - INTRODUÇÃO

O crescimento recente do setor serviços nas economias tem chamado a atenção de estudiosos dos processos de desenvolvimento. Parte da literatura tem centrado sua análise nos impactos da maior participação destas atividades na economia sobre o crescimento da produtividade da economia, apontando sua tendência à estagnação [Baumol (1967) e Baumol, Blackman e Wolff (1986 e 1991)]. Outra vertente tem aprofundado a análise do crescimento do setor tentando captar aspectos relacionados com a heterogeneidade dos seus diversos segmentos. Neste sentido, procuram avaliar a composição setorial do crescimento dos serviços e seus reflexos sobre a organização industrial da economia [Gershuny (1987)]. Particularmente a este respeito, o foco tem se voltado para a importância do crescimento dos serviços intermediários e para as dificuldades de medida de produtividade dos diversos segmentos do setor.

Este artigo objetiva analisar a composição do crescimento dos serviços na economia brasileira. Particularmente, procura-se testar a hipótese levantada por Gershuny (1987) de que os serviços intermediários tendem a elevar sua participação dentro do setor serviços, seja pelo surgimento de novos produtos, seja pela implementação de inovações organizacionais ou pela tentativa de fuga de custos excessivos com o trabalho. Na Seção 2, faz-se uma exposição das principais questões levantadas pela literatura sobre o assunto. Na Seção 3, utiliza-se a matriz insumo-produto brasileira para os anos 1985, 1990 e 1992. Na Seção 4 faz-se uma investigação do caso brasileiro e, por último, a Seção 5 conclui o trabalho.

## 2 - EVOLUÇÃO RECENTE DO SETOR SERVIÇOS: UMA ANÁLISE AGREGADA

Um dos pontos centrais investigados pela literatura que versa sobre serviços está relacionado com as causas de crescimento do setor [Gershuny (1987), Baumol (1967), Kravis, Heston e Summers (1983), García (1993) e Gutiérrez (1993)]. Durante as décadas de 60 e 70, duas hipóteses distintas foram formuladas. Por um lado, havia uma tese que afirmava que a elasticidade-renda da demanda de serviços seria superior a 1. Assim, à medida que a renda **per capita** dos países aumentasse, a demanda de serviços deveria também se elevar. Neste caso, a explicação do crescimento seria dada a partir de fenômenos — preferências dos consumidores, e hábitos sociais — normalmente considerados exógenos à análise econômica. Os testes empíricos internacionais refutaram, em grande medida, a hipótese de elasticidade-renda superior a 1 [Kravis, Heston e Summers (1983) e Gutiérrez (1993)]. A única exceção se dá no caso de serviços não-mercantis, que tendem a apresentar um crescimento correlacionado com a renda [Gutiérrez (1993)]. Isto se deve principalmente à assunção por parte do governo de um papel central na formação de um Estado de bem-estar.

Por outro lado, alguns autores defendiam a idéia de que a maior participação dos serviços na renda e no emprego seria fruto de um crescimento desigual da produtividade dos setores. Neste caso, devido ao baixo crescimento da produtividade do setor serviços e à uniformidade dos salários da economia,<sup>1</sup> haveria uma tendência para o aumento excessivo das atividades do setor, resultando no que foi denominado pela literatura a doença de custos. Contudo, a sua participação no produto a preços constantes não deveria crescer com a elevação da renda **per capita**.

Os resultados empíricos demonstram que o crescimento do setor serviços nas economias da OCDE tem alta relação com as hipóteses formuladas pela doença de custos. Baumol, Blackman e Wolf (1986 e 1991) calculam a ocorrência, para o caso norte-americano, de importantes diferenciais de produtividade na economia. Os dados sugerem que grande parte dos setores de serviços apresenta um crescimento da produtividade em níveis muito inferiores aos demais setores da economia. Por intermédio de estudos de caso, concluem que, em grande medida, este reduzido crescimento é consequência da elevada intensidade de mão-de-obra de algumas atividades do setor. Quando analisada a evolução da participação dos serviços nas economias desenvolvidas, percebe-se que existe uma alta correlação entre o tamanho do setor, tanto no que se refere ao PIB a preços correntes quanto no que tange à quantidade de trabalho empregada, e o nível de renda **per capita**. Contudo, quando o PIB é medido a preços constantes, esta correlação se desfaz. O teste de Baumol, Blackman e Wolff (1991) apresenta um  $R^2$  igual a 0,40, com o coeficiente positivo e significativo a 99%, correlacionando a parcela dos serviços a preços correntes com o nível real de renda **per capita**. No entanto, quando o PIB é medido a preços constantes, o  $R^2$  é igual a 0,04 e o coeficiente é negativo e não-significativo.

Petit (1993), analisando a evolução da produtividade, do salário, dos preços e do lucro para Estados Unidos, Japão e França entre 1970 e 1990, também chega a resultados que sugerem a confirmação da hipótese de doença de custos. Por um lado, o crescimento da produtividade dos serviços, tanto intermediários quanto finais, é inferior àquele da indústria, para todos os países analisados. Por outro, o crescimento dos salários é semelhante em todos os casos, com exceção do norte-americano,<sup>2</sup> e, por fim, o crescimento dos preços dos serviços é superior em todos os casos.

O Gráfico 1 apresenta a distribuição do PIB brasileiro em seis setores, a preços correntes, entre 1970 e 1995. Pode-se perceber que o comportamento do PIB de serviços não concorda com a previsão estabelecida pela literatura internacional. Durante os 15 primeiros anos do período, ao contrário do que seria esperado, a participação dos serviços no PIB, a preços correntes, se reduz. Deve ser lembrado que este período apresenta um forte crescimento da renda **per capita**. Este espaço

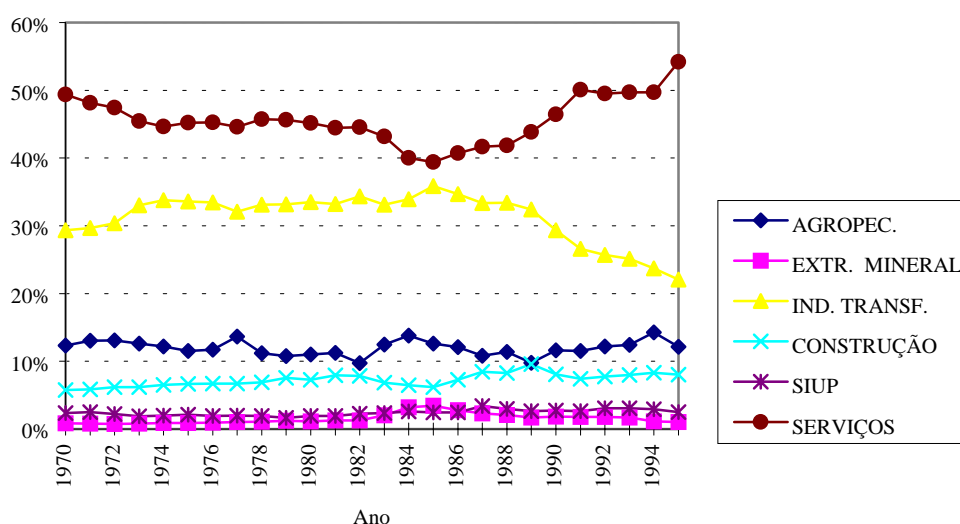
---

<sup>1</sup> O que fazia com que os salários dos serviços tivessem de acompanhar o crescimento dos salários dos setores de alto crescimento da produtividade.

<sup>2</sup> Neste caso, talvez seja interessante chamar a atenção para a maior flexibilidade do mercado de trabalho no caso norte-americano.

é ocupado pela indústria de transformação que tem sua participação aumentada. No entanto, de 1985 em diante, há um claro crescimento do setor serviços a preços correntes. Este resultado poderia indicar a ausência de doença de custos no setor serviços nos primeiros 15 anos da análise, provavelmente em decorrência da estrutura dual da economia brasileira. Neste caso, a existência de uma reserva de mão-de-obra expulsa dos setores arcaicos faria com que os salários pertencentes ao setor serviços se mantivessem em níveis mais baixos do que os da indústria de transformação. Logo, a causa da doença de custos (a elevação dos salários sem a contrapartida em produtividade) não estaria presente na década de 70 e primeira metade da década de 80.<sup>3</sup>

**Gráfico 1**  
**Distribuição Setorial do Produto — 1970/94**



Fonte: IBGE, Contas Nacionais.

O modelo de Baumol (1967) permite, por um lado, analisar o crescimento relativo dos serviços em relação às demais atividades da economia. A grande preocupação do autor, neste caso, está voltada para o fato de que, à medida que os serviços ganhem participação no PIB e no trabalho, a economia caminhe para a estagnação, em razão do pobre desempenho produtivo deste setor. No entanto, esta avaliação apresenta algumas limitações. Em primeiro lugar, a composição relativa das

<sup>3</sup> Deve-se, no entanto, alertar para o fato de o PIB apresentado no Gráfico 1 estar sem a computação dos resultados de intermediação financeira. Assim, está sujeito à subestimação do segmento financeiro que, muitas vezes, assume valor adicionado negativo. Logo, está claramente subestimando o tamanho dos serviços. No entanto, a inclusão do setor, além de propiciar dupla contagem da intermediação financeira, implica introduzir discrepâncias associadas às variações inflacionárias do período. Logo, a verificação dos resultados por intermédio de outras fontes parece ser desejável.



atividades de serviços, que vêm ganhando participação na economia, não é adequadamente analisada. Alguns segmentos dos serviços se apresentam extremamente dinâmicos, com ganhos acelerados de produtividade, como, por exemplo, informática e telecomunicações [Baumol, Blackman e Wolff (1991)]. Assim, caso este tipo de setor esteja crescendo, a doença de custos não se confirma. Em segundo lugar, o surgimento de novas atividades de serviços pode apenas refletir mudanças na forma de se contabilizar as atividades. Algumas atividades realizadas dentro de empresas pertencentes ao setor de bens podem, portanto, estar sendo externalizadas, sem reflexo direto sobre o volume de produção de serviços e sobre a produtividade da economia. Em terceiro lugar, efeitos do progresso técnico podem não estar sendo captados pelas variáveis de produtividade que estão sendo analisadas. Neste caso, algumas atividades podem estar se extinguindo enquanto outras novas estão surgindo, serviços podem ser substituídos por bens e vice-versa, de maneira que uma longa série temporal pode estar enviesada. Estas colocações revelam que a análise da composição do crescimento da economia deve ser realizada visando captar: **a)** elementos referentes à heterogeneidade do setor; **b)** dificuldades de contabilização das atividades; e **c)** efeitos do progresso técnico não captados por indicadores macroeconômicos.

Gershuny (1987) procura tratar parte dos problemas anteriormente colocados. Para isto, fragmenta as atividades de serviços em finais ou intermediárias, privadas ou sociais, levantando hipóteses distintas sobre o comportamento em cada um destes segmentos. A dinâmica dos setores de serviços finais estaria determinada por duas forças distintas. De um lado, haveria fatores de ordem demográfica e sociológica que influenciariam a demanda dos serviços finais privados. No que se refere à demografia, a tendência à urbanização poderia elevar a demanda de serviços por parte da população que, neste caso, estaria mais necessitada de serviços relacionados à distribuição e transporte, bem como todo o tipo de característica de uma sociedade urbana. As causas de conteúdo sociológico poderiam estar relacionadas a outros aspectos como a entrada da mulher no mercado de trabalho, o aumento do tempo disponível ao ócio, dada a elevação da relação salário/tempo de trabalho etc. De outro, esta tendência deveria ser relativizada pela forma como o progresso técnico vem sendo introduzido nas atividades de consumo final. A não detecção de crescimento da produtividade destes setores reflete o fato de estes serviços estarem sendo substituídos por bens. A principal forma de introdução do progresso técnico nestas atividades é sua substituição por auto-serviços (**self-service**). A introdução de máquinas de lavar domésticas que estariam substituindo os serviços prestados por lavanderias, afeta, por exemplo, a relação entre o consumo de bens e serviços. No mesmo sentido, a indústria radiofônica substituiu, em grande medida, os concertos no que se refere aos serviços de diversão. Assim, o crescimento do **self-service** estaria refletindo uma economia cuja quantidade de serviços finais prestados é cada vez menor. Esta explicação é interessante porque, por um lado, contrapõe-se teoricamente à lei de Engel, fornecendo uma interpretação para a não constatação empírica dos serviços como produtos superiores, de outro, vai de encontro à tese da economia pós-industrial como predominantemente uma economia de serviços.

De acordo com Gershuny (1987) três fatores estão associados ao processo de crescimento dos serviços intermediários. Primeiro, o autor identifica o surgimento de novos serviços a serem prestados a empresas, fruto de inovações tecnológicas de produto e emergência de novos setores como **software**. Este fenômeno está diretamente relacionado a uma elevação da quantidade de serviços existentes. Segundo, ainda com relação ao progresso técnico, a ocorrência de economias de escala e escopo em algumas atividades faz com que alguns serviços antes internalizados nas empresas possam ser adquiridos diretamente do mercado. Finalmente, acompanhando esta última tendência, a elevação dos custos indiretos do trabalho, fruto da forte carga tributária sobre a contratação do trabalho, nas economias de bem-estar, vem motivando também a terceirização das atividades. Estes dois últimos fatores implicariam uma elevação da quantidade de serviços prestados simplesmente do ponto de vista contábil, refletindo principalmente uma tendência à crescente especialização do trabalho.

Já no que se refere ao setor público, a questão parece ser mais complexa. Há uma tendência ao crescimento do setor público com o nível de renda **per capita** do país até um determinado patamar, depois do qual o tamanho relativo do governo se estabiliza. No entanto, na medida em que o setor público é afetado pela doença de custos e diante da impossibilidade de se resolver este problema por substituição de serviços por bens e o surgimento de atividades de **self-service**, aparecem problemas fiscais. Logo, a dinâmica de crescimento do setor público é limitada pela dificuldade de seu custeio.

A partir destas idéias, Gershuny (1987) sustenta que o crescimento está centrado nos segmentos de serviços destinados ao consumo intermediário e, principalmente, na demanda que emerge do setor industrial. Desta maneira, ao contrário do que seria esperado, uma economia de serviços estaria destinada ao consumo de bens, que dariam a dinâmica em última instância do crescimento do setor serviços. Ademais, seria reflexo de um crescimento do grau de especialização presente no setor e, por conseguinte, poderia estar trazendo elevações no crescimento da produtividade da economia. Momigliano e Siniscalco (1986) caminham na mesma direção de Gershuny, sugerindo um papel predominante para a demanda intermediária de serviços, fruto do desenvolvimento do setor de bens. Por sua vez, Gutiérrez (1993) argumenta pela ocorrência de um comportamento cíclico por parte dos serviços. Neste caso, a evidência por ele levantada aponta para um crescimento superior da demanda intermediária somente nos períodos de crescimento da economia — a reboque dos demais setores, conforme apontado por Gershuny (1987) e Momigliano e Siniscalco (1986) —, porém, nos períodos de crise, o centro dinâmico dos serviços deve ser atribuído ao governo e aos serviços privados não-mercantis, estes sim mantendo um crescimento constante em todos os períodos.

Estas hipóteses foram testadas por Flores e Santos (1995) para o Brasil durante a década de 70, utilizando as matrizes insumo-produto de 1970 e 1980. Eles concluem que durante o período os serviços intermediários cresceram acima dos

demais segmentos de serviços. Particularmente, encontram evidência de um elevado grau de externalização das atividades de serviços na economia brasileira.

### **3 - BASE DE DADOS**

Este artigo utiliza dados das matrizes insumo-produto produzidas pelo IBGE de 1985, 1990 e 1992. A matriz insumo-produto apresenta, de forma organizada e sistemática, os dados relativos aos principais fluxos reais verificados na economia em um determinado período de tempo. O principal objeto das tabelas de insumo-produto é a análise dos fluxos de bens e serviços na economia e dos aspectos básicos do processo de produção — estrutura de produção e de insumos das atividades, assim como a geração primária da renda. O elemento básico da análise do processo de produção é o estabelecimento, classificado em função de sua produção principal. As atividades são compostas a partir da agregação de estabelecimentos com estruturas relativamente homogêneas de consumo e produção. O agrupamento dos bens e serviços em produtos procura manter a homogeneidade quanto à origem (atividade produtora e procedência nacional ou importada) e quanto ao destino (tipo de consumidor e/ou usos específicos) dentro de cada agrupamento.

Uma das principais limitações da matriz insumo-produto para a análise do setor serviços é a dificuldade de captar atividades informais. Assim, grande parte dos resultados apresentados estará subestimando o tamanho do setor. Adicionalmente, deve-se considerar que a ausência de censo econômico em 1990 torna parte da estimação das atividades de serviços enviesada, principalmente no que se refere aos impactos de produtividade, uma vez que se procura estimar a dimensão destas atividades por intermédio da variação de mão-de-obra.

### **4 - ANÁLISE DO CASO BRASILEIRO**

Conforme pôde ser visto a partir do Gráfico 1, um dos pontos cruciais na análise da economia brasileira é o papel central assumido pelo setor serviços a partir de 1985. Este resultado é confirmado pela análise da demanda na economia brasileira, que pode ser feita a partir da matriz insumo-produto (Tabela 1). Em 1992, o setor representava mais de 50% da demanda final da economia, participação semelhante à da Espanha, que em 1987 tinha 51,93% da demanda final pertencente ao setor serviços. Desta maneira, os serviços assumem maior importância na demanda final do que, por exemplo, a indústria de transformação. Contudo, na medida em que o cálculo foi realizado a preços básicos, o total da demanda final da indústria de transformação não contabiliza a margem de comércio, nem a de transporte, mas é calculado pelo preço do fabricante.<sup>4</sup> Quando

---

<sup>4</sup>Quando se calcula a produção a preços de mercado, a referência básica está associada ao preço pelo qual a mercadoria chegou ao consumidor. Neste caso, tanto a margem destinada ao comércio como a destinada ao transporte encontram-se embutidas no preço e seu valor está associado à mercadoria vendida. Quando se analisa a preços básicos, o cálculo do produto é realizado a partir do preço pelo

medida a preço de mercado, a participação dos serviços cai para cerca de 40% da demanda final. Uma distinção clara deve ser feita de acordo com o objetivo que se pretenda. O comércio e o transporte são evidentemente atividades importantes para vender um determinado bem ou serviço. Sob este ponto de vista, a utilização de preço básico parece plenamente justificada, na medida em que o valor dos serviços prestados pelo comércio e transporte está incorporado no preço da mercadoria. No entanto, a razão de existência daquela atividade e, neste sentido, seu centro dinâmico está no produto sendo vendido. Logo, se o objetivo for, ao contrário, entender a força que está movendo aquela atividade, o uso de preço de mercado poderá ser mais adequado.<sup>5</sup>

Tabela 1

Brasil: Distribuição Setorial das Demandas Intermediária, Final e Total (Preço Básico) — 1985, 1990 e 1992<sup>a</sup>

(%)

Setor	Demanda Intermediária			Demanda Final			Demanda Total		
	1985	1990	1992	1985	1990	1992	1985	1990	1992
Agropecuária	9,86	8,01	8,03	4,89	4,03	3,71	7,47	6,00	5,87
Mineração	3,32	2,24	1,91	0,77	0,60	0,71	2,09	1,41	1,31
Indústria de Transformação	50,73	48,25	43,56	39,58	31,04	30,86	45,37	39,55	37,21
Siup	2,82	3,77	4,41	1,06	1,52	1,97	1,97	2,63	3,19
Construção Civil	1,63	1,63	1,36	12,76	13,52	12,27	6,98	7,64	6,82
Serviços	31,65	36,09	40,72	40,94	49,30	50,48	36,12	42,76	45,60
Serviços de Mercado	31,65	36,09	40,72	26,28	28,28	31,97	29,07	32,15	36,35
Serviços Não-Mercantis	-	-	-	14,66	21,02	18,51	7,05	10,62	9,25

Fonte: IBGE, Matriz Insumo-Produto, 1985, 1990 e 1992.

<sup>a</sup> Optou-se por trabalhar com a demanda final a preços básicos, porque ela permite a visualização da real contribuição dos segmentos de transporte e comércio, não cobertos quando analisados a preços de mercado. Posteriormente, este fenômeno será analisado em separado.

Entre 1985 e 1992, aumentou a participação dos serviços na demanda total. Pode-se dividir este crescimento em duas fases distintas. Na primeira, há um crescimento mais elevado da demanda final, principalmente, conforme já foi observado, dos segmentos relacionados com o setor público. Já a segunda fase tem como principais propulsores os serviços destinados à demanda intermediária. Isto pode ser observado a partir da Tabela 3, que mostra a distribuição da produção de acordo com categoria de destino, de onde se pode perceber que os serviços voltados para o consumo intermediário elevam sua participação nos serviços

qual ele saiu da fábrica. Neste caso, a margem de comércio é classificada como pertencente ao setor de comércio e a margem de transporte ao setor de transportes. A vantagem do cálculo a preço de mercado está em atribuir o valor à mercadoria que gerou a demanda, enquanto o cálculo a preço básico tem a vantagem de permitir a divisão do valor entre as atividades de acordo com o valor que foi por ela gerado.

<sup>5</sup> Mesmo neste caso cabe relativizar qualquer conclusão mais definitiva. Apesar de a venda de produtos industriais ser a atividade central em análises de fenômenos como a segunda revolução industrial, o progresso técnico nos transportes, por exemplo, representou um papel central na unificação dos mercados e na viabilização de economias de escala, tanto na produção quanto na distribuição e comercialização [Chandler (1990)].

mercantis no período 1990/92. Ademais, pela Tabela 1, enquanto na maioria dos setores da economia a participação da produção intermediária se reduz, no caso dos serviços nos sete anos analisados há um crescimento inegável. Isto parece sugerir que há uma tendência à maior especialização dos segmentos de serviços no Brasil, o que clama por maior investigação.

#### **4.1 - Demanda Final**

A demanda final de serviços está distribuída entre os serviços de mercado e os serviços não-mercantis. Os serviços de mercado representavam, em 1992, 31,97% da demanda final da economia, contra 18,51% dos serviços não-mercantis. O tamanho dos serviços não-mercantis contrasta com o resultado espanhol que apresenta estes serviços com 13,69% da demanda final [García (1993)], em 1987, mas é mais próximo da média de nove países da OCDE, cerca de 18% [Gutiérrez (1993)]. Ao mesmo tempo, no Brasil, a participação dos serviços no consumo das famílias (42,7% do total da economia) é bastante relevante. No entanto, mais uma vez, quando os serviços são analisados a preços de mercado, sua participação no consumo final cai cerca de 15 pontos percentuais. Neste caso, se o objetivo for medir o impacto da demanda familiar sobre a demanda de serviços, deve-se manter a utilização de preços básicos. No entanto, se a meta for entender a importância dos serviços no consumo final das famílias, o uso de preços de mercado parece mais adequado.

Um aspecto interessante da Tabela 1 está associado ao comportamento errático dos serviços não-mercantis. Inicialmente, eles representaram, em 1985, apenas 14,66% da demanda final da economia brasileira, chegaram a 21,02%, em 1990, e depois tiveram sua participação reduzida para 18,51% em 1992. O crescimento da segunda metade da década de 80 provavelmente foi conseqüência do papel anticíclico que o governo costuma exercer, conforme pode ser visto na Tabela 2, onde os segmentos associados ao governo — administração, saúde e educação pública — têm aumentada sua participação na demanda final. Os resultados de Gutiérrez (1993) para os países da OCDE sugerem que, quando a economia está nos períodos de crescimento, há uma reversão desta tendência, crescendo principalmente os serviços envolvidos com a demanda intermediária, como os serviços financeiros e ao produtor, enquanto nos períodos de crise o setor público aumenta sua participação na economia. Isto ocorre porque o produto dos demais setores da economia varia de acordo com o comportamento geral da demanda, enquanto o setor público tem seu nível de atividade determinado por fatores institucionais e políticos, que indicam qual deverá ser o dispêndio a ser realizado. Assim, em um período de desaquecimento da economia, o setor privado sofre as conseqüências de redução da demanda efetiva, em contraste com o setor público que tem maior possibilidade de manter a sua trajetória normal, ou cujo limite de crescimento é determinado por outros fatores, como, por exemplo, a tolerância política da carga de impostos ou a capacidade de endividamento do setor público. Logo, enquanto durante a década de 80, nos países da OCDE, o setor público responde por cerca de 1/3 do crescimento dos serviços [Gutiérrez (1993) e García (1993)], no Brasil ele explica mais da metade do crescimento do setor. Uma parte

Tabela 2

Brasil: Participação dos Segmentos do Setor Serviços na Demanda Final e Total da Economia (Preço Básico) — 1985, 1990 e 1992

(Em %)

Segmentos de Produto	Demanda Final			Demanda Total		
	1985	1990	1992	1985	1990	1992
Margem de Comércio	8,41	7,61	6,18	6,77	6,57	5,47
Margem de Transporte	4,12	3,49	3,60	4,05	3,74	3,49
Comunicações	0,48	0,57	0,69	0,61	0,77	0,89
Seguros	1,16	1,58	2,16	0,84	1,11	1,35
Serviços Financeiros	0,26	0,28	0,61	6,88	7,99	11,27
Alojamento e Alimentos	3,02	3,35	3,23	1,83	2,08	2,00
Outros Serviços	2,16	2,29	2,19	2,00	2,01	1,91
Saúde e Educação Mercantil	2,61	3,13	3,70	1,32	1,66	1,94
Serviços Prestados às Empresas	0,53	0,42	0,51	2,62	2,90	3,01
Aluguel de Imóveis	0,99	1,30	2,19	0,92	1,15	1,56
Aluguel Imputado	2,54	4,27	6,92	1,22	2,16	3,46
Administração Pública	8,74	13,33	12,06	4,20	6,74	6,03
Saúde Pública	2,15	2,34	1,92	1,04	1,18	0,96
Educação Pública	2,80	4,19	3,30	1,35	2,12	1,65
Serviços Não-Mercantis Privados	0,97	1,15	1,23	0,46	0,58	0,61

Fonte: IBGE, Matriz Insumo-Produto, 1985,1990 e 1992.

Tabela 3

Distribuição da Produção Setorial segundo Categoria de Destino — 1985, 1990 e 1992

Setor	Consumo Intermediário			Demanda Final		
	1985	1990	1992	1985	1990	1992
Agropecuária	68,52	66,06	68,38	31,48	33,94	31,62
Minação	82,30	78,65	72,94	17,70	21,35	27,06
Indústria de Transformação	58,03	60,36	58,54	41,97	39,64	41,46
Serviços Industriais de Utilidade Pública	74,13	70,86	69,13	25,87	29,14	30,87
Construção Civil	12,09	10,56	10,01	87,91	89,44	89,99
Serviços	45,48	41,76	44,66	54,52	58,24	55,34
Serviços de Mercado	56,51	55,55	56,02	43,49	44,45	43,98
Serviços Não-Mercantis	-	-	-	100,00	100,00	100,00
Total	51,90	49,48	50,01	48,10	50,52	49,99

Fonte: IBGE, Matriz Insumo-Produto, 1985, 1990 e 1992.

desta distorção advém da substancial elevação dos salários.<sup>6</sup> A Tabela 4 deixa perceber que, em conjunto com serviços financeiros e serviços industriais de utilidade pública (composto principalmente de empresas estatais), o setor público apresentou a maior elevação relativa dos salários entre 1985 e 1990. Percebe-se que semelhante comportamento não é acompanhado pelo total da mão-de-obra empregada que, embora tenha aumentado, teve sua participação no emprego total reduzida.

Tabela 4  
Pessoal Ocupado por Setor e Remuneração Média Setorial — 1985, 1990 e 1992

Setor	Pessoal Ocupado			Pessoal Ocupado (% Setorial)			Remuneração/Pessoal Ocupado		
	1985	1990	1992	1985	1990	1992	1985	1990	1992
Agropecuária	17.114.951	15.246.600	16.058.700	31,83	25,68	26,24	9,59	8,93	9,08
Mineração	356.399	343.400	319.700	0,66	0,58	0,52	97,40	109,41	113,44
Indústria de Transformação <sup>a</sup>	8.153.945	9.261.000	8.787.600	15,16	15,60	14,36	100,00	100,00	100,00
Siup	308.680	341.100	335.700	0,57	0,57	0,55	203,44	405,27	543,40
Construção Civil	3.530.366	4.060.800	3.891.000	6,56	6,84	6,36	45,51	53,06	49,96
Serviços	24.313.437	30.108.600	31.809.700	45,21	50,72	51,97	79,00	117,30	115,18
Comércio	5.889.394	7.778.300	8.020.200	10,95	13,10	13,10	53,14	53,72	51,23
Transportes	1.701.405	2.021.000	2.021.700	3,16	3,40	3,30	76,21	86,99	90,56
Comunicações	224.116	239.900	235.600	0,42	0,40	0,38	155,48	267,81	354,23
Instituições Financeiras	1.075.195	1.106.500	979.800	2,00	1,86	1,60	295,39	517,49	849,25
Serviços Prestados a Famílias	4.882.893	7.475.500	7.694.300	9,08	12,59	12,57	33,77	42,90	47,80
Serviços Prestados a Empresas	1.021.748	1.324.100	1.534.500	1,90	2,23	2,51	87,13	94,90	114,54
Aluguel de Imóveis	216.852	263.900	202.700	0,40	0,44	0,33	95,85	87,03	88,83
Administração Pública	5.382.832	5.899.300	6.417.200	10,01	9,94	10,49	145,67	292,24	228,40
Serviços Privados Não-Mercantis.	3.919.002	4.000.100	4.703.700	7,29	6,74	7,69	17,07	26,93	27,02

Fonte: IBGE, Matriz Insumo-Produto, 1985, 1990 e 1992.

<sup>a</sup> Indústria de transformação é a base 100.

Já o comportamento apresentado a partir de 1990 pode estar relacionado com as reformas do Estado implementadas pelo Governo Collor. Assim, se o setor público é o principal responsável pelo crescimento dos serviços na segunda metade da década de 80, entre 1990 e 1992 ele contribui para a redução do tamanho relativo dos serviços. A elevação da participação dos serviços na demanda final entre 1990 e 1992 é, portanto, de responsabilidade dos segmentos mercantis. A Tabela 2 deixa perceber que alguns dos segmentos mercantis que apresentaram crescimento relativo superior neste período são substitutos das funções antes exercidas pelo governo. Logo, a parcela da demanda final atribuída a saúde e educação mercantis e a seguros se eleva. Simultaneamente, enquanto saúde e educação mercantis elevaram sua participação na demanda final, saúde e educação públicas perderam espaço. Também é interessante observar que, apesar

<sup>6</sup> Os serviços não-mercantis têm seu faturamento normalmente contabilizado a partir dos custos (principalmente salários). Neste caso, o nível de demanda pelos serviços do Estado é determinado pela massa de salários paga.

do aumento da participação da mão-de-obra do setor público no emprego total, há uma redução das diferenças entre os salários do setor e os pagos pela indústria, ou seja, há uma perda relativa dos funcionários públicos.

Antes de passar para a análise da demanda intermediária, deve-se ressaltar que uma parcela significativa da demanda final de serviços está subestimada em razão da informalidade que parte destas atividades adquire. Esta observação é fundamental na medida em que se deve considerar que algumas destas atividades, como comércio, apresentaram crescimento elevado justamente em seus segmentos informais.

## 4.2 - Demanda Intermediária

A tendência — sugerida por Gershuny — de os serviços intermediários serem os propulsores do crescimento do setor serviços no PIB não parece confirmar-se para o caso brasileiro. Os serviços intermediários estão, contudo, longe de perderem participação no PIB. Entre 1990 e 1992, quando a expansão dos gastos do setor público foi cessada, houve um aumento do tamanho da demanda intermediária de serviços em relação à demanda final de serviços. Apesar de a Tabela 3 apontar uma perda relativa de participação da demanda intermediária dentro da produção total do setor serviços,<sup>7</sup> a Tabela 1 demonstra que a parcela dos serviços dentro da produção total da economia destinada ao consumo intermediário total cresceu cerca de nove pontos percentuais, provocando um aumento de sua participação na demanda total da economia, ou seja, embora os serviços destinados ao consumo final tenham crescido a taxas ligeiramente superiores aos serviços destinados ao consumo intermediário, estes últimos ganharam participação dentro do consumo intermediário total da economia e cresceram a taxas superiores à média da economia.

No entanto, pelo exame da Tabela 6, não se verifica o vertiginoso crescimento da demanda intermediária de serviços entre 1990 e 1992, que pode ser captado tanto na Tabela 1 como na Tabela 3. Este fato é explicado pela exclusão dos serviços intermediários financeiros mediante a utilização de uma variável **dummy**. Desta maneira, o grande crescimento dos serviços intermediários entre estes anos aparece como conseqüência da elevação da participação dos serviços intermediários financeiros em decorrência da aceleração da inflação no período.<sup>8</sup>

Pode-se argumentar na direção oposta, afirmando-se que a importância do crescimento dos serviços intermediários na segunda metade da década de 80 está subestimada em decorrência do grande crescimento da participação do dispêndio público na demanda final. Contudo, a partir da Tabela 6 percebe-se que, à exceção dos serviços industriais de utilidade pública, que elevam sua demanda intermediária por serviços em 11 pontos percentuais, os demais setores não apresentam variação significativa no período. Este fato é confirmado com maior vigor ainda pelo exame das três últimas colunas da Tabela 5. Com a única exceção

---

<sup>7</sup>Excluindo ou incluindo os segmentos de serviços não-mercantis.

<sup>8</sup>Deve-se notar que em 1990 a inflação se manteve controlada em razão do Plano Collor.



Tabela 5 no arquivo td0522t

Tabela 5

Proporção da Produção dos Segmentos de Serviços Consumida pelos Setores da Economia —1985, 1990 e 1992

Setor	Agricultura			Mineração			Indústria de Transformação			Siup			Construção Civil			Serviços			Consumo Intermediário Total		
	1985	1990	1992	1985	1990	1992	1985	1990	1992	1985	1990	1992	1985	1990	1992	1985	1990	1992	1985	1990	1992
Margem de Comércio	2,53	2,35	2,66	0,80	0,92	0,93	19,53	19,49	20,31	0,14	0,18	0,32	5,24	5,48	5,31	12,04	13,06	13,95	40,27	41,48	43,17
Margem de Transporte	3,91	3,90	4,04	3,20	3,09	2,73	23,50	22,83	21,24	0,28	0,42	0,68	3,51	3,44	2,95	16,67	19,20	16,75	51,05	52,89	47,72
Comunicações	0,17	0,17	0,17	1,43	1,60	1,51	17,25	18,76	17,77	1,11	1,19	1,62	1,50	1,43	1,24	40,45	39,51	38,50	61,91	62,65	59,19
Seguros	0,18	0,08	0,05	0,22	0,10	0,05	2,73	1,20	0,63	2,61	2,47	3,31	0,08	0,04	0,02	27,52	24,16	15,93	33,35	28,05	16,68
Serviços Financeiros	0,32	0,18	0,14	0,48	0,28	0,19	3,00	1,66	1,18	0,43	0,22	0,46	0,30	0,16	0,11	2,47	2,05	2,00	7,01	4,55	3,63
Alojamentos e Alimentos	0,04	0,03	0,04	0,28	0,21	0,21	3,34	2,41	2,45	0,22	0,29	0,47	0,28	0,20	0,20	16,62	15,58	16,10	20,78	18,72	18,99
Outros Serviços	1,78	1,24	1,25	1,85	1,32	1,18	9,24	6,34	5,80	1,19	1,72	2,85	2,87	1,96	1,68	31,08	29,96	29,97	48,01	42,54	39,89
Saúde e Educação Mercantis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5,05	5,04	4,89	5,05	5,04	4,89
Serviços Prestados à Empresas	2,07	2,04	2,20	3,03	4,07	3,97	13,21	13,75	13,50	2,37	3,43	5,04	3,81	3,76	3,46	65,76	65,62	63,35	90,27	92,68	86,49
Aluguel de Imóveis	0,08	0,06	0,04	1,04	0,84	0,52	8,90	7,04	4,35	0,62	0,71	1,50	0,98	0,77	0,45	36,77	33,61	23,24	48,39	43,05	28,61
Aluguel Imputado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração Pública	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saúde Pública	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Educação Pública	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serv.Não-Mercantis Privados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Matriz Insumo-Produto, 1985, 1990, 1992.

Tabela 6

## Participação dos Segmentos dos Serviços no Consumo Intermediário Setorial - 1985, 1990, 1992

Setor	Agricultura			Mineração			Indústria de Transformação			Siup			Construção Civil			Serviços		
	1985	1990	1992	1985	1990	1992	1985	1990	1992	1985	1990	1992	1985	1990	1992	1985	1990	1992
Margem de Comércio	5,69	6,11	5,56	4,09	6,16	5,13	5,05	5,55	5,28	0,95	1,14	1,31	10,05	11,02	10,33	7,58	7,80	7,11
Margem de Transporte	5,25	5,78	5,38	11,54	9,39	8,24	3,86	3,95	3,74	1,16	1,49	1,77	4,03	3,93	3,66	6,28	6,52	5,44
Comunicações	0,03	0,05	0,06	0,58	0,91	1,02	0,41	0,64	0,77	0,69	0,87	1,06	0,26	0,34	0,39	2,28	2,76	3,18
Seguros	0,05	0,04	0,02	0,15	0,10	0,06	0,09	0,06	0,04	2,25	2,61	3,30	0,02	0,01	0,01	2,15	2,43	2,00
Serviços Financeiros	0,74	0,57	0,61	3,66	2,65	2,68	0,84	0,61	0,68	3,05	1,67	3,80	0,58	0,40	0,43	1,58	1,49	2,10
Alojamentos e Alimentos	0,03	0,03	0,03	0,40	0,38	0,38	0,24	0,22	0,24	0,42	0,57	0,70	0,14	0,13	0,14	2,83	2,94	3,00
Outros Serviços	1,18	0,99	0,91	3,66	2,85	2,50	0,78	0,61	0,58	2,44	3,29	4,04	1,63	1,21	1,14	5,79	5,47	5,34
Saúde e Educação Mercantis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,62	0,76	0,89
Serviços Prestados a Empresas	1,80	2,34	2,53	4,59	7,53	7,77	1,52	2,07	2,32	6,37	9,47	11,24	2,83	3,33	3,70	15,99	17,26	17,76
Aluguel de Imóveis	0,02	0,03	0,03	1,02	1,13	0,97	0,33	0,37	0,34	0,58	0,78	1,74	0,26	0,27	0,25	3,15	3,52	3,39
Aluguel Imputado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração Pública	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saúde Pública	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Educação Pública	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serv Não-Mercantis Privados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total de Serviços</b>	<b>14,79</b>	<b>15,93</b>	<b>15,13</b>	<b>29,69</b>	<b>31,08</b>	<b>28,76</b>	<b>13,11</b>	<b>14,08</b>	<b>13,99</b>	<b>17,92</b>	<b>21,89</b>	<b>28,97</b>	<b>19,79</b>	<b>20,63</b>	<b>20,07</b>	<b>48,25</b>	<b>50,96</b>	<b>50,20</b>

Fonte: IBGE, Matriz Insumo-Produto, 1985, 1990, 1992.

Tabela 6 no arquivo td0522t

de comércio, que eleva a relação entre a produção destinada ao consumo intermediário e a produção total, todos os demais segmentos dos serviços têm a participação da demanda intermediária na demanda total decrescida. Este fenômeno torna-se especialmente grave a partir de 1990. Este tipo de comportamento pode ser explicado pelo fraco desempenho da economia nestes anos. Assim, a demanda intermediária que, conforme ressaltado anteriormente, tem elevada influência do nível de atividade da economia deve ter decrescido sua participação na produção total dos serviços. A confirmação desta interpretação vem pelo exame conjunto das Tabelas 5 e 6. Se, na Tabela 5, a participação da demanda intermediária na produção total de serviços se reduz drasticamente, na Tabela 6, a participação dos serviços no consumo intermediário dos diversos setores da economia se mantém mais ou menos no mesmo nível. Confirma-se, então, a hipótese levantada por Gutiérrez (1993) de reduzido crescimento dos serviços intermediários nos períodos de crise. Entre 1985 e 1992, a taxa de crescimento do PIB brasileiro foi bastante reduzida, apresentando crescimento negativo em diversos anos [ver IPEA (1996)].

É interessante observar que entre os segmentos cuja participação da demanda intermediária na produção total decresce estão os serviços prestados às empresas, uma vez que seria esperado um crescimento do nível de terceirização da economia em períodos de crise (Tabela 5). No entanto, quando se examina a Tabela 6, percebe-se que os serviços prestados às empresas elevam sua participação no consumo intermediário de todos os setores. Logo, o que se está presenciando, na Tabela 5, são os efeitos da crise se sobrepondo à tendência à externalização das atividades das empresas. Este mesmo tipo de comportamento pode ser atribuído ao segmento de comunicações, que tem a participação da demanda intermediária na produção total diminuída, mas, ao mesmo tempo, cresce sua participação no consumo intermediário de todos os setores. No entanto, as razões desta conduta são ligeiramente diferentes daquelas apontadas para os serviços prestados às empresas, pois, no caso de telecomunicações, trata-se do surgimento de novos produtos que têm seu uso difundido por toda a economia, o que implica um crescimento tanto de demanda intermediária quanto de demanda final (ver Tabela 2), enquanto no caso dos serviços prestados às empresas outra causa pode ser determinante: o aproveitamento de vantagens comparativas de determinado formato organizacional. Não é possível, contudo, pelo exame da matriz insumo-produto chegar a qualquer conclusão de quanto exatamente e que atividades estão sendo externalizadas — o segmento de serviços prestados às empresas comporta um leque de atividades muito elevado. Estudos mais profundos tentando captar a composição destas atividades devem ser realizados.

De outro lado, a maior participação da demanda intermediária no total das atividades de comércio na demanda total, observado na Tabela 5, parece ser consequência apenas do decréscimo relativo das atividades finais de comércio. Conforme pode ser extraído da Tabela 6, o consumo intermediário de comércio decresce, entre 1990 e 1992, em todos os setores, à exceção dos serviços industriais de utilidade pública.

De maneira geral, no entanto, os serviços não são reconhecidamente grandes fornecedores da economia. Como pode ser deduzido da Tabela 6, a indústria de transformação, a construção civil e a agricultura demandam muito pouco do setor. Já as atividades de mineração, serviços industriais de utilidade pública e serviços apresentam uma demanda intermediária relevante por serviços. No entanto, a participação de serviços nestas atividades é menor do que sua participação no PIB (Gráfico 1). Logo, o impacto dos serviços como insumo da economia é bastante reduzido.<sup>9</sup> Duas observações podem ser feitas a este respeito. Primeiro, deve-se ressaltar a importância do setor serviços como demandante intermediário de serviços. Cerca de 50% da produção de serviços destinada à demanda intermediária pertencem ao próprio setor. Segundo, há uma mudança radical no perfil da demanda intermediária dos serviços industriais de utilidade pública. Neste caso, exercem substancial importância os produtos que emanam dos serviços prestados a empresas e outros serviços. Este fato deve ser conseqüência de rigidez para a contratação de pessoal nas empresas estatais, que, desta maneira, se viram obrigadas a encontrar fontes de mão-de-obra alternativas. Estando este processo centrado em decisões governamentais, resta a pergunta de até que ponto a externalização destas atividades advém de possíveis vantagens organizacionais que emanam da maior especialização empresarial ou até que ponto estas mudanças estão associadas simplesmente a limites de contratação estabelecidos **ad hoc** pelo governo?

## 5 - CONCLUSÕES

Algumas conclusões gerais a respeito do setor podem ser extraídas deste trabalho:

- a) O setor público aparenta ter um papel central na explicação do crescimento do setor serviços no país. Entre 1985 e 1990, ele aumenta substancialmente sua participação na demanda final, enquanto, entre 1990 e 1992, quando os serviços apresentam um desempenho menos vigoroso, ele tem sua participação reduzida.
- b) Grande parte da variação da participação do setor público na demanda final está associada não à maior provisão de serviços, mas à variação dos salários pagos pelo setor.
- c) Não se pode confirmar, para o caso brasileiro, a hipótese de Gershuny de que os serviços intermediários são os principais responsáveis pelo aumento da participação dos serviços na economia. Parte da explicação pode ser fornecida pela reduzida taxa de crescimento da economia no período, que, conforme sugerido por Gutiérrez (1993), influencia a composição do crescimento dos serviços.

---

<sup>9</sup> Embora esta participação (40,72% para 1992) seja significativamente superior à participação do consumo intermediário de outros países como Alemanha [27,2% para 1982, dado obtido de Flores e Santos (1995)] e Espanha [32% para 1987, ver Saez (1993)]. No entanto, diferenças na metodologia de cálculo podem explicar parcialmente estas diferenças.

**d)** Apesar da crescente preocupação quanto à externalização das atividades das empresas [Gershuny (1987)], o processo de terceirização das atividades relacionadas a serviços ainda se encontrava em 1992 bastante limitado na economia brasileira. Ele adquire especial importância em setores localizados, como é o caso dos serviços industriais de utilidade pública, e, mesmo assim, acredita-se que seja em consequência de políticas governamentais de limitação de contratações nos segmentos compostos por empresas estatais. Deve-se, todavia, relativizar a impressão deixada por estes dados. Não se pode deixar de considerar que, no período analisado, as taxas de crescimento do país são muito reduzidas. Este fato, conforme foi demonstrado, reduz o impacto dos processos de externalização de atividades.

**e)** O setor serviços tem aparentemente pouca influência sobre a produtividade dos demais setores da economia, na medida em que sua função como produtor de insumos é bastante reduzida.

Estas questões clamam por maior investigação do assunto. Alguns aspectos devem ser alvo de novos estudos:

**a)** O processo de terceirização precisa ser analisado com maiores detalhes, ressaltando os subsetores de serviços mais afetados e, principalmente, seus impactos sobre a eficiência técnica e as condições de emprego da economia brasileira.

**b)** Os segmentos informais não foram em grande medida captados pelos dados deste trabalho. É importante uma avaliação da dimensão do crescimento destes segmentos no período.

**c)** A este respeito, a qualidade dos postos de trabalho, a remuneração e o papel dos serviços absorvendo mão-de-obra expulsa dos demais segmentos da economia devem ser considerados.

## BIBLIOGRAFIA

- BAUMOL, W. J. Macroeconomics of unbalanced growth: the anatomy of urban crisis. **American Economic Review**, June, 1967.
- BAUMOL, W. J., BLACKMAN, S., WOLFF, E. Unbalanced growth revisited: asymptotic stagnancy and new evidence. **American Economic Review**, v.75, n.4, 1986.
- \_\_\_\_\_. **Productivity and American leadership: the long view**. Cambridge: The MIT Press, 1991.
- BELL, D. **The coming of the post-industrial society**. New York: Basic Books Inc., 1973.
- CHANDLER, A. **Scale and scope**. Cambridge, Mass.: Belkap Press, 1990.
- CUADRADO R. J., RÍO, G. **Los servicios en España**. Madrid: Piramide, 1993.
- FLORES, R. G., SANTOS, S. C. dos. Three hypotheses on the Brazilian service sector. **The Review of Income and Wealth**, June 1995.
- GARCÍA, B. Crecimiento económico y evolución de los servicios. In: SÁEZ, F. (org.). **Los servicios en España: situación y tendencias**. Madrid: Fedea, Ed. Mundi-Prensa, 1993.
- GATT. **International trade 1988-89**. Genebra, 1987.
- GERSHUNY, J. The future of service employment. In: GIARINI, O. (ed.). **The emerging service economy**. Pergamon Press, 1987.
- GERSHUNY, J., MILES, I. **The transformation of employment in industrial societies**. London: Francis Printer, 1983.
- GUTIÉRREZ, J. P. **El crecimiento de los servicios: causas, repercusiones y políticas**. Madrid: Alianza Ed., 1993.
- IBGE. **Matriz de insumo-produto**. 1985, 1990 e 1992.
- IPEA. **A Economia Brasileira em Perspectiva**. Rio de Janeiro, 1996.
- KRAVIS, I., HESTON, A., SUMMERS, R. The share of services in economic growth. In: ADAMS, G., HICKMAN, B. (eds.). **Global Econometrics**. Cambridge Mass.: The MIT Press, 1983.



MOMIGLIANO, F., SINISCALCO, D. Mutamenti nella struttura del sistema produtivo e integrazione fra industria e terziario. In: PASINETTI, L. (org.). **Mutamenti strutturali del sistema produttivo: integrazione tra industria e settore terziario.** Bologna: Ed. Il Mulino, 1986.

PETIT, P. **Les modalités de la croissance des services au Japon.** Paris, cepremap (mimeo) 1993.

RIDDLE, D. **Service-led growth: the role of the services sector in world development.** New York: Praeger, 1986.

SAEZ, F. (ed.). **Los servicios en España: situación y tendencias.** Madrid: Fedea, 1993.

US Department of Commerce. **Services Classifications, Economic Classification Policy Committee.** Washington: Bureau of Economic Analysis, Mar. 1994 (Papers, 6).